

Embriaguez e desarranjo: uma febre de modernidade em *O Bicho que chegou a Feira*, de Muniz Sodré

Mestranda Ísis Moraes Ramos (UEFS)¹

Resumo:

Este trabalho tem por objetivo analisar de que maneira a repercussão da modernização imposta pelo Golpe Militar de 1964 aparece como agente desconfigurador da identidade sertaneja, na região de Feira de Santana, no livro O bicho que chegou a Feira, do ficcionista baiano Muniz Sodré. Na obra, vê-se claramente representado o clima de instabilidade gerado pela “epidemia” de novidade que desordena o cotidiano da comunidade, ameaçando as tradições que compõem o seu arcabouço cultural. Intentando enquadrar a população na repressora política de Ordem e Progresso dos militares, o Capelão, emissário do regime, espalha o pânico entre os moradores, que são obrigados a seguir novos hábitos, condizentes com os ideais de produtividade e disciplina. Como contraponto, a narrativa faz emergir ícones de resistência que permeiam a cultura popular para lutar pela manutenção das tradições.

Palavras-chave: modernidade, tradição, ditadura, resistência, identidade

Na boca do sertão, uma cidade de características provincianas se vê atormentada por um presságio. Nas roças de seus arredores, a menina de Noca do Brejo foi perseguida e picada por uma jararacuçu-rabo-de-veludo, víbora esquisita e encantada, representante do mito da Cobra-Mandada, uma das mais poderosas entidades do nosso fabulário, conforme registro de Câmara Cascudo, no *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Malévola e soberana, ela surge na narrativa de Muniz Sodré (1991) como prodígio anunciador da chegada do “bicho”, mensageiro de um poder arbitrário, que passa a figurar no imaginário popular como a encarnação do próprio Mal.

Assombrada, o coração em sobressalto, Feira de Santana esperava a criatura, até então informe e mutante, e assistia à multiplicação de seus sinais: derrubada do governo federal, destituição de seu prefeito, fechamento do serviço de alto-falantes, velhos integralistas desfilando empoeiradas fardas verdes pelas ruas. E agora a cobra que, naquela manhã de junho de 1964, obrigava seus moradores à reserva de escreverem a giz “Jesus-Maria-José” no portal das casas, e passarem a “acompanhar os boatos sobre o itinerário do monstro” (SODRÉ, op. cit., p. 12), afinal “era sempre inquietante essa história de bicho chegando a Feira” (id., ibidem, p. 21).

Um misto de pavor e curiosidade traduz o clima inicial do livro do ficcionista baiano Muniz Sodré, remetendo ao fato de que numa cidade pacata, pequena e sem pressa, o “espanto” sempre vira transtorno. Intitulado *O bicho que chegou a Feira*, o romance, conforme anuncia, ou prenuncia, o parágrafo anterior, trata da repercussão do golpe militar em Feira de Santana e das ondas de nacionalismo e **modernização** que o acompanham, incursionando pela oralidade, mitos e tradições populares para tecer incisiva crítica não apenas ao regime instaurado à força no país no início da década de 60, mas a toda forma de poder despótico.

Dialogando intensamente com Câmara Cascudo, a narrativa iguala a ditadura militar e sua missão modernizadora aos terríveis seres espantosos descritos pelo folclorista, que atribui a tais entidades características como ferocidade ininterrupta, antropofagia bruta e arremesso bárbaro, afirmando que remontam sempre à recordação do “inimigo”, do “estrangeiro”, à memória do ataque inesperado e depredatório de gente de fora. Do mesmo modo, no livro de Sodré, o curandeiro Jerome Besouchet sentencia: “– Mano, estranho atrai estranho. Basta o indivíduo falar gringo, que

já me deixa nervoso, que meu natural não aceita... O bicho é sempre um estrangeiro na pele da gente” (SODRÉ, id., ibidem, p. 125).

O “estranho” em questão é o Capelão, padre polonês incorporado com patente de capitão à Polícia Militar do Estado, que chega a Feira para fazer valer a força e o poder dos milicos, missão que cumpre com eficácia, sempre arremetendo bruscamente, com passos marciais e pistola na mão, contra jovens, intelectuais, comunistas, cidadãos comuns. Nesse sentido, é flagrante a associação do “bicho” ao governo militar, governo este que andava “esfolando” preso político, apertando mão de estudante em prensa de fumo e usando de todas as formas de violência para “enquadrar” aquela população de “tabaréus” na sua repressora política de *Ordem e Progresso*.

É válido lembrar, entretanto, que, na obra, tensionam dois ideais de modernidade: um considerado positivista e conservador, destinado à manutenção do sistema vigente, e outro processado na utopia, no corpo “negativo” da revolução. Ideológica, castradora, a modernidade postulada pelos emissários do Golpe se opunha violentamente à outra, subversiva, de ruptura, que começava a desembarcar timidamente em Feira trajando “calças de brim desbotadas” e usando longos e desalinhados cabelos, logo “tosquiados” pelo Capelão, não importando se “duros” ou “moles”, conforme a ironia do narrador, sempre colado ao pensamento de Antão, protagonista que acompanha de perto todos os conflitos que se processam “no olho da tormenta”. Isto porque, na concepção do “padre-armado”, a modernidade de que este país precisava era outra!

Em meio ao embate, Feira se movimentava entre aturdida e desconfiada. Não estava bem certa de qual modernidade aspirava, se é que aspirava mesmo a tal “modernidade”, conforme pregava o Capelão. Seguindo o espírito trocista do romance, que aparentemente não dá crédito a nenhum dos lados desta dicotomia, desembocamos numa dupla ironia: “Taí, taí, assim era fácil. Braveza dessas, com destacamento e tudo contra um rapazola cabeça-de-vento, não era difícil de se cometer. Queria ver (...) fazer como o cabo Piauí, igualzinho ao que ele fez com o magarefe em frente ao mercado municipal” (id., ibidem, p. 27).

Sintomático da fala de Feira, o comentário tecido pela instância narrativa revela o estranhamento de Antão diante de duas forças que ele ainda não compreende totalmente, mas que não isenta da zombaria. Afeito às façanhas de valentia que perambulam pela oralidade sertaneja, ganhando corpo e fama na literatura de Cordel, não consegue enxergar mérito em violência *escoltada por soldado* contra *meninotes desmiolados*. Note-se que o pensamento de Antão tanto esvazia o poder do Capelão de “coragem” quanto rebaixa a rebeldia juvenil a mero capricho adolescente. Afinal, que era aquilo diante da desmoralização de *um valentão em casa de mulher-dama* ou das histórias de Lampião, Lucas da Feira e “Horário, o jagunço, rei da Chapada, que botou a Coluna Prestes pra correr, que botou tropa do governo do estado de calça na mão, que mandou de volta pro inferno o próprio cão” (SODRÉ, id., ibidem, p. 14)?

A partir disso, percebe-se que a narrativa abre espaço para a afirmação de um terceiro elemento: a tradição. Ela entra em cena para “pelejar” com as várias faces desse “forasteiro” chamado modernidade, que veio “bulir” com seus costumes, já não importando se querendo destruí-los ou apenas atualizá-los. Isto porque, ideológica ou subversiva, a modernidade não deixa de ser um elemento desagregador, constituindo-se, por isso mesmo, como ameaça à história e à identidade cultural da comunidade na qual se instala. Baseada no princípio da dissonância, ela chega para varrer as velhas formas e banir todas as relações fixas, instaurando um tempo em que, a exemplo do que diz Marx, tudo se torna antiquado antes mesmo que chegue a se ossificar.

Segundo Marshall Berman (1998), ao tempo em que busca a destruição de todos os valores estabelecidos, a atmosfera moderna se preocupa muito pouco em reconstruir os mundos que põe abaixo. O resultado disso é uma sensação de desconforto, como o que sente o mulato Antão frente a um universo que já não lhe parece tão familiar, porque, como ressalta Berman, já fora tocado pelo “beijo da morte da modernidade”. Nesse sentido, a cidade em que vive o protagonista é um mundo

à beira da dissolução, mergulhada que está numa paradoxal “unidade de desunidade”, que despeja a todos num estado de tensão e atordoamento, “num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia” (BERMAN, op. cit., p. 15).

Assim, em *O Bicho que chegou a Feira* vêem-se claramente representados os contra-sensos e instabilidades geradas por uma “epidemia” de novidade que desordena o cotidiano de toda a população. Para piorar, o processo de modernização imposto violentamente pela ditadura militar ataca ferozmente os caracteres culturais arraigados há muito no seio da comunidade. Vários são os momentos em que os usos modernos escoltados pelos fuzis da “repressão fardada” desautorizam e subjugam os hábitos que figuram no imaginário popular como leis naturais, portanto não passíveis de contestação. É o caso, por exemplo, do favorecimento da velha e poderosa, embora muitas vezes falida, elite local e dos travos de coronelismo que ainda permeiam a Feira de Santana descrita na obra.

Do mesmo modo, a sabedoria popular, personificada na figura do ancião Alípio, tem seu lugar contestado por uma concepção de modernidade que, baseando-se no postulado futurista, a julga ultrapassada e desconforme com a atmosfera progressista que cultua. Isto porque, para o Capelão, um ambiente que se quer moderno deve bater continência à razão, à ciência e à produtividade. Abraçando este raciocínio, os grandes empreendedores da conjuntura hodierna conservadora e capitalista passam a enxergar os preceitos da “doutrina leiga” do povo como folclore, alegoria, resquício passadista, enferrujado e perdido nas frinchas do tempo, sem mais razão-de-ser no seio do mundo industrializado e dominado pelo lucro. Mas para Antão “Alípio é Dr. por natureza, não precisa de papel”. Além do mais, “Sabedoria é sabedoria, e não tem nada a ver com escola ou folclore” (SODRÉ, op. cit., p. 40).

A negação da tradição também está expressa na cena em que o fazendeiro, e “modernizador”, Dr. Justinho investe sarcasticamente contra a cultura popular, afirmando que esta precisa ser “resgatada” do anacronismo e conduzida ao vórtice da turbulenta e “promissora” modernidade. Para ele, a “revolução moderna” é a tábua de salvação da humanidade, obviamente não se referindo a toda ela, mas à parte abastada e “civilizada” a que pertence. Mas apesar de ser atacada com desprezo, a filosofia do povo surge, na voz de Vô Alípio, como um forte elemento de resistência, defrontando-se prontamente com o progresso desenfreado que deseja subjugar-lhe. Por meio da contação de um caso, bem ao gosto da oralidade, o bruxo adverte o antagonista, lembrando-lhe que, cedo ou tarde, poder e mando se esgotam. Da mesma forma, avisa a Antão que era preciso ter cuidado com as novidades que estavam chegando a Feira, a fim de não sucumbir ao “Mal” que elas traziam sob a pele. Para tanto, aconselha-o a exercer a “arte de apreciar”, o que, segundo o velho, lhe daria a capacidade de enxergar a essência da força representada pelo Capelão.

Transitando com desenvoltura pela fronteira do fantástico, e utilizando-se da intersecção História/Literatura, o romance conduz o protagonista a um ritual onde experimenta as insólitas sensações de sair de seu corpo e encontrar um dos maiores ícones da história real da resistência negra em Feira de Santana, o legendário escravo rebelado Lucas da Feira. Morto há mais de um século, o quilombola é “recrutado” para engrossar, metaforicamente, as fileiras da luta contra “o bicho” que, àquela altura, já dava sinais de sua verdadeira natureza, espalhando o horror de sua “doença” entre a comunidade.

Invocada pela memória de Antão, a faceta heróica do bandoleiro que aterrorizou, por mais de vinte anos, os mandatários do regime escravocrata da região é conduzida ao primeiro plano da narrativa para figurar como símbolo de aferro contra a ditadura e contra um progresso que inicialmente se disfarça de “benfeitoria”, mas que logo se revela fruto, peço e podre, de uma modernização opressora e truculenta. Lucas passa, então, a ser o oponente declarado do Capelão. Nesse sentido, Jorge Araújo (2008) destaca que se o padre-armado “encarna a cobra mutante e mandada para atingir a população indefesa, Lucas da Feira empalmará a resistência e a dignidade de ofício étnico libertário” (ARAÚJO, op. cit., p. 434).

Analogamente, o Capelão, que também é uma persona real da história da cidade, enxerga Lucas como um feroz inimigo, passando a combater as “nódoas” deixadas por ele, isto é, as sementes de sua “revoltação”. Intentando acabar com a subversão, com o impatriotismo e o com o atraso, o “sacerdote das armas” espalha o pânico entre a população feirense, que tem seus direitos de ir e vir subitamente aniquilados. O romance dá conta de que vários estudantes e intelectuais brasileiros, inclusive feirenses, foram mortos, seqüestrados ou conduzidos a desumanos interrogatórios. É o caso de um dos principais personagens do livro, o poeta Fernando Lopes, que tinha uma forma peculiar de explicar as bases do sistema capitalista e do poder que despontava agora disposto a todo tipo de atrocidades para se manter no comando. De acordo com a sua teoria, tanto a exploração empreendida pelos donos do capital quanto o golpe de Estado dos milicos não passavam de “cacete-armado”, isto é, “armação”. Denunciado pelo companheiro de pôquer, espião infiltrado em sua roda de amigos, acaba preso e “orientado” a se comportar “como convinha” em tempos de “pau na pleura” (SODRÉ, op. cit., pp. 70-1).

Nessa perspectiva, Muniz Sodré, nos interstícios da ficção, denuncia os horrores reais de um regime que “arrotava” modernidade e nacionalismo, e expelia morte e constrangimento. No entanto, se havia quem condenasse a força personificada pelo Capelão, também havia quem defendesse entusiasticamente a modernização que ele forçosamente impunha, afinal, ao tempo em que controlava os hábitos da população, incentivava os que se achavam habilitados a transformar a cidade num grande pólo industrial.

Como se pode notar, as divergências de posicionamento remontam ao fato de a experiência moderna despejar os indivíduos numa atmosfera “de agitação e turbulência, aturdimiento psíquico e embriaguez” (BERMAN, op. cit., p. 18). Misto de repulsa e fascínio, ela oferece “um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor” (id., ibidem, p. 15), configurando-se como uma imensa e desconcertante abundância de possibilidades, inclusive a de sair do provincianismo e mergulhar numa nova paisagem, altamente desenvolvida e dinâmica. Daí o deslumbramento do médico Osmundo Rodrigues: “– Vocês já viram como ele anda na rua? Ligeiro, ele é ligeiro em tudo que faz. E me convenceu de que tudo que é moderno é muito rápido, de que é irritante a lentidão com que as pessoas agem e caminham em Feira” (SODRÉ, op. cit., p. 58).

Assumindo um tom burlesco, *O Bicho que chegou a Feira* mostra uma modernidade que mexe com o imaginário coletivo de uma gente ainda pouco afeita às “civilidades” que esse clima de novidade exige, o que culmina em episódios hilariantes. Exemplo disso é o relato da viagem de Miguel da Mamona ao Rio de Janeiro, ou, melhor dizendo, do choque entre um “tabaréu” e a espécie “não-humana” venerada pelos futuristas. Depois da tentativa frustrada de se fazer ouvir pelas “peças” automatizadas, e caricatas, da engrenagem moderna, o fazendeiro conclui que “a tal da modernidade” não passa é de “falta de finura!” (id., ibidem, p. 132)

Carnavalesco, o livro de Muniz Sodré ataca a ditadura militar com galhofa, ridicularizando os abusos e desacertos de sua “missão modernizadora” e as absurdas fantasias que ela suscita. É o que acontece na cena em que o narrador dá conta da teoria psicanalítica de Osmundo Rodrigues. Baseado na análise dos sonhos e na investigação do “corneto do nariz”, o estudo intentava acabar com a loucura, por julgá-la “incompatível com o progresso”. Assim, o médico se propõe a curar o lunático da cidade, o barbeiro Zé da Taboca. Mas a experiência foi um fiasco, porque o “louco” mostrou-se avesso ao tratamento, alegando que tinha orgulho de sua “insanidade”. Aliás, esta era familiar demais ao cotidiano feirense para desaparecer assim, em nome de um “estranho” que atendia pela alcunha de “modernidade”.

A “febre” trazida pelo “bicho” desarranja de tal modo a vida dos feirenses que provoca delírios ainda maiores. É o caso do projeto científico “sem pé nem cabeça” do bibliotecário Pena. O mesmo contava com o inteiro beneplácito do Capelão e versava sobre a construção de um aparelho para correção do formato da “musácea paradisíaca”, vulgarmente conhecida como banana-da-terra.

Na verdade, o que Pena queria inventar era “uma máquina de desentortar banana!” (SODRÉ, id., ibidem, p. 127), como define magistralmente Antão, no popular e sem parolagens de natureza cientificista.

Ainda dentro desse clima de jocosidade, o próprio “padre-armado” cai nas garras da fina ironia de Muniz Sodré. As ordens dadas por ele aos feirantes que comerciavam galinhas na grande feira-livre da cidade beiram a comicidade, sobretudo se se pensar que a modernidade que ele se prontificou a instaurar com tanta violência exigia banalidades como fazer sertanejo carregar aves de cabeça para cima, uma humilhação a que o onzeiro Zuão Preto, amigo de Antão, não se prestaria a passar, afinal “Não ia sofrer o vexame de ter a mão cagada por galinha nenhuma” (id. ibidem, p. 138).

Conforme Nizia Vilaça (1996), é preciso lembrar, entretanto, que embora o livro promova uma desconstrução no intervalo criado entre o discurso dos civilizados, dos doutores, e a fala de Feira, não há propriamente “oposição cidade/campo, civilizado/tabaréu, ciência/mandinga, branco/preto, modernidade/tradição, mas trabalho nos interstícios dos vários pólos na construção de uma cultura peculiar a Feira de Santana” (VILAÇA, op. cit., p. 181). Na realidade, esses universos contrários se entrecruzam, tensionam, mas não se chocam de todo, podendo até mesmo conviver harmonicamente em determinados momentos, como na cena em que tabaréus e civilizados se ajeitam nas poltronas do Cine Íris para sonharem juntos a magia do cinema e “brigarem lado a lado com Roy Rogers, Hopalong Cassidy, Tom Mix, Randolph Scott, John Wayne, ou exultarem com o berro de Tarzã ou temerem pelo destino das damas de negro mexicanas” (SODRÉ, op. cit., p. 64).

Caleidoscópico, polifônico, assentado sobre as bases do que Linda Hutcheon (1991) chama de metaficção historiográfica, *O bicho que chegou a Feira* põe em confronto múltiplos olhares e versões. Usando e abusando das próprias estruturas e valores que desaprova, o livro dissolve discursos totalizadores e verdades absolutas. Assim sendo, contesta a postura ditatorial e oferece resistência à sua ideologia modernizadora. A intenção é preservar o conjunto de identidades que formam a cultura feirense frente ao aturdimento dos sentidos provocado pela modernidade.

Não se trata, portanto, de “um momento de protesto pela perda de uma cultura em decadência, diante da chegada de uma industrial, como nos romances de 30. O que se tem é a afirmação de uma realidade multiforme, uma economia plural que se positiva no metabolismo, no miscigenado, meio civilizado, meio tabaréu” (VILAÇA, op. cit., p. 181). A narrativa deixa claro que não se pode impedir que mudanças aconteçam, do mesmo modo que não há como se evitar as seqüelas de um poder opressor. No entanto, esclarece que só é possível amenizar os efeitos do “mal” refletindo sobre a sua natureza, a fim de conhecer seu verdadeiro propósito e o segredo de sua permanência no mundo. É o que consegue Antão após o encontro com Lucas.

Revelador, o diálogo com o bandoleiro não apenas faz o protagonista “botar o negro no mundo” (SODRÉ, op. cit., p. 110), deixando de lado o pó-de-arroz que usava toda vez que ia ser fotografado, com o irrefletido intuito de disfarçar a cor, mas também perceber que “A modernidade pregada pelo Capelão pertencia à antiguidade dos interesses, era coisa dos mandões de sempre, os velhos udenistas, pessedistas, fosse lá quem fosse, mas sempre velhos”. “– Oxente, como essa modernidade era velha!” (id. ibidem, p. 146). Entre espantado e satisfeito, Antão constata que “Cada modernizador é um golpista visceral” e que “o golpe, o cacete-armado do mando, era o modo permanente de governo dos que se achavam escolhidos pelo destino para mandar no mundo” (SODRÉ, id. ibidem, p. 146). Parando e pensando, viu também que o poder é sempre o mesmo; só muda de casca, de embalagem. Um formato novo e estará sempre apto a assumir seu lugar. Assim, Golpe e Revolução “é tudo coisa de gente fina” (id., ibidem, p. 98), ao passo que, conservadora ou reacionária, modernidade é sempre “cobra ordinária, de pele nova” (id., ibidem, p. 146)!

A cobra é, sem dúvida, a grande metáfora do livro. Senhora da permanência, personifica um poder que, ao perceber-se enfraquecido, muda de pele para seguir sua marcha de dominação. Está

claro, então, que a dinâmica revolucionária destinada a destroná-lo brota tão somente de seus mais profundos anelos e necessidades, afinal, como disse Marx, “a burguesia não pode sobreviver sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, e com elas as relações de produção, e com eles todas as relações sociais” (MARX, apud BERMAN, 1998, p. 20).

“Um romance a crer”, conforme adverte o seu autor, *O bicho que chegou a Feira* materializa esse ciclo de decadência e regeneração que demarca as fronteiras do poder numa metáfora literalmente fantástica: “a doença do bicho”. Contraída pelo Capelão durante uma das violentas incursões que faz ao Tanque do Urubu, antigo reduto de Lucas, onde destrói a pontapés “um montículo de terra que lhe pareceu obra de idolatria africana” e reduz a pó, com as próprias mãos, “um boneco de barro que rotulou de *manipação pagão*” (SODRÉ, op. cit, p. 104), a enfermidade, ironicamente, obriga o padre-armado a recorrer aos “luminares da medicina da roça” para se curar, já que nenhum doutor da dita ciência moderna foi capaz de fazê-lo. Até Antão, que nos intervalos do consultório de dentista-prático também exercia a profissão de curandeiro, tentou. Não obtendo sucesso, traz o rezador Jerome Besouchet para extrair “o verme” da perna do Capelão. Mas, procedimento realizado, Osmundo percebe que o Capelão não se recupera de todo, ficando subordinado a um ciclo anormal de apodrecimento e renovação. “Não sei, mas o que me vem à cabeça é a imagem de uma cobra doida. O homem está mudando de pele, como víbora, mas víbora de organismo alucinado. Ele vive, sim, mas dentro do Mal, Antão!” (id. ibidem, p. 137)

Nosso protagonista fica com um gosto de perplexidade na boca e remordendo a incerteza de que realmente não havia perigo daquela doença voltar. De fato, o Capelão estava curado, mas embora aparentasse continuar dando ordens, não era mais visto com frequência nas ruas de Feira. Isto porque a serpente, “o verme” do poder, agora coleava no corpo do fazendeiro Lulu do Boi, que andava “arrebataando terras dos pequenos lavradores, recebendo favores dos governos, pilhando gado” e “falando em transformar a cidade em zona industrial” (SODRÉ, id. ibidem, p. 39). Mas Antão estava seguro de que o sertão, conhecendo a natureza daquela “cobra ordinária”, podia pelejar com ela. Sabia que, “apesar dos recalques obrigados pelo progresso, a memória terminava se impondo, fosse no esquisito furor dos bichos que se arrastam, fosse nos calundus da gente que trazia, na cor da pele, uma natural afinidade com o quilombola” (id. ibidem, p. 17).

Esse sentimento volta a dar tranqüilidade ao personagem no final do livro, quando, diante de um início tão promissor de novidades, ruma para a esquina do Beco do Mé, ponto de encontro, “prosa” e especulação com os amigos. O comportamento de Antão é um denunciador de que o “bicho” que chegou a Feira foi apenas uma “febre” intermitente, que apesar de “embriagar”, não modificou de todo a alma feirense. Passado o sobressalto inicial, e desagravada a força que a gerou, a rotina retoma, aos poucos, o caminho de seu provincianismo, permitindo a Antão continuar a contar, sem pressa, os “causos” de que tanto gostava.

Mas a modernização não largou sua presa. Continuou ali, na espreita. E se instalou, impregnada da esperança que a sanfona do “velho Lua” traduzia como solução para a seca e salvação da pobreza, mas que a realidade teimava em desmentir, apontando seu caráter ideológico e desconfigurador. Na década de 70, a Feira de Santana real teve o grande símbolo de sua cultura confinado num entreposto comercial. A exuberante feira-livre que passeia pelo romance de Muniz Sodré como um verdadeiro personagem perdeu sua licenciosidade e beleza em nome de um progresso que quase sempre exclui e escraviza. Mas ainda hoje é possível ver suas galinhas sendo carregadas de cabeça para baixo, como manda a tradição daquela gente sertaneja, que agora divide o espaço de sua terra com uma imensa e citadina boiada de latas.

Referências Bibliográficas

- 1) ARAUJO, Jorge de Souza. *Florações de imaginários: o romance baiano no século 20*. Itabuna: Via Litterarum, 2008.
- 2) BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- 3) CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 5ª edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, s/d.
- 4) CHIAMPI, Helena. *Fundadores da Modernidade*. São Paulo: Ática, 1991.
- 5) HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-Modernismo: Política, História, Ficção*. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991.
- 6) RAMA, Angel. *A cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- 7) SODRÉ, Muniz. *O bicho que chegou a Feira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1991.
- 8) VILAÇA, Nizia. *Paradoxos do Pós-Moderno: Sujeito e Ficção*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

¹ **Ísis Moraes RAMOS, Mestranda**

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Programa de Pós-Graduação em Literatura e Diversidade Cultural